

## ***K - Instrumentos de Gestão Ambiental***

Considerando os aspectos já relacionados à caracterização dos Instrumentos de Gestão Ambiental, de acordo com o diagnóstico realizado para o Campo de Marlim leste, tanto nos estudos ambientais para o processo de licenciamento da P-53 quanto para o Projeto Jabuti, os Instrumentos a seguir apresentados indicam alguns itens incluídos em decorrência da área de influência específica do FPSO – Cidade de Niterói.

Destaca-se, entretanto, que neste item estão referenciados os instrumentos de gestão ambiental no âmbito municipal (subitem c), uma vez que não foram identificados novos instrumentos na esfera federal e estadual desde o levantamento realizado para os estudos anteriores e os Planos de Manejo das Unidades de Conservação (subitem d), identificados na área de influência.

### ***Âmbito Municipal***

A gestão ambiental nas esferas dos municípios das Áreas de Influência Indireta e Direta do Empreendimento apresenta-se bastante diferenciada, em função das estruturas de governo municipais apresentarem-se mais ou menos dotadas de suporte institucional para implementação de uma política ambiental nos seus territórios.

#### ***a) Área de Influência Indireta (AII)***

Uma importante iniciativa na esfera municipal do litoral fluminense constitui o Consórcio Intermunicipal Lagos São João, que vem exercendo de forma atuante o gerenciamento ambiental de uma parcela importante da costa do Estado.

O “Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira” é uma associação civil sem fins lucrativos e com sede na cidade de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro.

Criado com o objetivo de ajudar na conservação, recuperação e uso sustentado do meio ambiente, o Consórcio Intermunicipal Lagos - São João, como é conhecido, atua de forma cooperativa com os diferentes níveis de

governo, empresas e entidades da sociedade civil. A sua área de abrangência possui cerca de 3.825 km<sup>2</sup>, que compreende a Região dos Lagos, aí incluídas as bacias hidrográficas das Lagoas de Jacaré, Saquarema, Jacarepiá e Araruama, Cabo Frio e Armação dos Búzios, bem como as bacias dos rios Una, São João e das Ostras.

Fundado em dezembro de 1999, o Consórcio tem como associadas as Prefeituras de Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacú, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim; as empresas Cia Nacional de Álcalis, UNIMED, Oriente Engenharia Civil Ltda, AGM Empreendimentos Hoteleiros, Auto Viação 1001, Rio Lagos e Via Lagos; cerca de 40 organizações não governamentais - ONG's, e Governo do Estado do Rio de Janeiro, que é representado pela Secretaria do Estado de Ambiente – SEA.

O Consórcio estabelece como sua principal missão unir o governo estadual, os governos municipais, as empresas, as entidades da sociedade civil e os centros regionais de pesquisa e educação, visando o aprimoramento, a capacitação, a agilização e a democratização da gestão ambiental pública, a implementação de projetos de melhoria e conservação ambiental, e a captação de recursos para financiá-los. Em síntese, o Consórcio tem por objetivos:

- ★ Representar o conjunto de sócios que o integram em assuntos de interesse comum e de caráter ambiental, perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
- ★ Planejar, adotar e executar planos, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental;
- ★ Promover programas e ou medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente, com especial atenção para os solos; as serras; as planícies, as lagoas e lagunas de Jacaré, Saquarema, Jacarepiá, Iriri, Araruama e demais lagunas e lagoas de menor porte; os rios e córregos das bacias dos rios São João, Una e das Ostras; a represa de Juturnaíba, a mata atlântica, a restinga, as savanas

estépicas, as microbacias, praias, costões rochosos, ilhas, enseadas e zona costeira;

- ★ Promover a integração das ações, dos programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos governamentais e empresas privadas, consorciados ou não, destinados à recuperação, conservação e preservação ambiental;
- ★ Promover medidas, de aspecto corretivo ou preventivo, destinados a conservação do meio ambiente e à despoluição de rios, represas, lagoas, lagunas e praias;
- ★ Gestionar junto aos órgãos públicos, às instituições financeiras e à iniciativa privada, recursos financeiros e tecnológicos destinados ao desenvolvimento sustentado da região;
- ★ Dar apoio técnico ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e aos Comitês de Bacias criados pelo Poder Público Estadual para execução dos planos e programas definidos por essas instâncias;
- ★ Participar do processo de Gerenciamento Costeiro e de Unidades de Conservação Federais e Estaduais.

De forma a subsidiar as decisões e a atuação dos órgãos de meio ambiente na região, o Consórcio Intermunicipal Lagos São João vem atuando das seguintes maneiras: promovendo estudos e campanhas; realizando o monitoramento da qualidade da água; participando e influenciando o processo de regulação, tais como outorgas para uso das águas, portarias de normatização da pesca, licenças de extração mineral, contratos de concessão de serviços de água e esgotos; executando projetos de manejo e recuperação de ecossistemas; organizando fóruns de discussão; promovendo serviços de comunicação social, coordenação e troca de informações entre os governos e a sociedade; recomendando um tratamento uniforme na gestão qualitativa e quantitativa das águas e incorporando ao planejamento os conhecimentos e valores regionais da comunidade.

Os programas propostos pelo Consórcio foram definidos nos Grupos Executivos de Trabalho das Bacias (GELA, GELSA e GERSA) e visam à coordenação de temáticas que envolvem mais de um município. Apesar de bastantes abrangentes, a quase totalidade dos programas e sub-programas

abaixo discriminados já estão em andamento, seja com recursos próprios ou captados:

★ Programa de Macro Gestão da Bacia da Lagoa de Araruama e Rio Una

Plano estratégico de esgotamento sanitário

- ↳ Acompanhamento da conclusão das etapas já revistas;
- ↳ Mobilização para definição de novas etapas;
- ↳ Estudo da condução dos efluentes tratados para área rural, em especial rio Una.

Plano estratégico de desassoreamento da Lagoa

- ↳ Acompanhamento da dragagem do Itajurú;
- ↳ Mobilização para construção da nova ponte SPA-CF;
- ↳ Estudos para dragagem do interior da lagoa (spits);
- ↳ Recuperação Ambiental da Lagoa de Araruama.

★ Programa de Macro Gestão da Bacia da Lagoa de Saquarema

- ↳ Plano estratégico de esgotamento sanitário;
- ↳ Acompanhamento da conclusão das etapas já previstas;
- ↳ Mobilização para condução de água tratada para Vilatur e interrupção do uso de poço no local;
- ↳ Mobilização para atendimento oficial de pipas d'água e fim das tomadas clandestinas na Serra.

★ Programa de Macro Gestão da Bacia do Rio São João e Ostras

- ↳ Conclusão dos estudos de renaturalização do baixo São João e mobilização para implantação do projeto;
- ↳ Indicação do projeto da rampa escada de peixe e mobilização para implantação do projeto;

- ↪ Manutenção dos estudos de balanço hídrico na represa e definição da operação das comportas – Estação meteorológica na represa;
- ↪ Sub-programa de reflorestamento de matas ciliares.
  
- ★ Programa de Macro Gestão da Zona Costeira
  - ↪ Apoio a Implantação do “Projeto Orla”;
  - ↪ Intensificação da discussão e posições sobre a exploração de petróleo na costa;
  - ↪ Mobilização para preparação do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral;
  - ↪ Apoio aos órgãos públicos no controle da pesca predatória;
  - ↪ Apoio à mobilização para proposta de regulamentação da Política Estadual de Pesca.
  
- ★ Programa de Monitoramento de Águas das Bacias
  - ↪ Análises físico químicas e bacteriológicas das Lagoas de Saquarema, Lagoa de Araruama, Rios São João, Bacaxá, Capivari, Jundiá e Una.
  
- ★ Programa de Gestão da Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares
  - ↪ Implantação do Plano estratégico de resíduos sólidos da Macroregião;
  - ↪ Assinatura do Pacto da estratégia junto ao MP Estadual;
  - ↪ Implantação de um PEV modelo.
  
- ★ Programa de Apoio e Incentivos a Gestão das Apa's
  - ↪ Massambaba;
  - ↪ Sapiatiba;
  - ↪ Pau Brasil;
  - ↪ São João/Mico Leão.
  
- ★ Programa de Consolidação da Política de Recursos Hídricos
  - ↪ Implantação do Comitê Lagos São João;
  - ↪ Preparação e editoração do Plano de Bacia;
  - ↪ Consolidação do cadastro de usuários;

- ✍ Estudos para implantação da Cobrança;
- ✍ Proposição de uso do Consórcio como Agência de Águas da Bacia.
  
- ★ Programa de Apoio Técnico às Prefeituras e Reforço Institucional
  - ✍ Suporte à instalação das legislações municipais de meio ambiente e recursos hídricos;
  - ✍ Suporte ao licenciamento dos barreiros municipais, que são utilizados pelas prefeituras para retirada de material de uso do município;
  - ✍ Mobilização para captação de recursos do FAT para cursos profissionalizantes;
  - ✍ Mobilização para captação de recursos do PRONAF para geração de emprego e renda;
  - ✍ Custeio de bolsas de estudo para pós-graduação em gestão ambiental.
  
- ★ Programa de Educação Ambiental
  - ✍ Animação das Redes de Educação Ambiental fortalecendo e articulando as equipes de Educação Ambiental, governamentais e não-governamentais, que trabalham nos municípios;
  - ✍ Consolidação da "visão de Bacia Hidrográfica" dentro dos programas de capacitação de multiplicadores;
  - ✍ Elaboração de campanhas educativas e de projetos integrados nas Bacias do Rio São João e Ostras;
  - ✍ Coordenação da programação do Ecotrailer nos municípios;
  - ✍ Incentivo aos "Vimas" e "Eco-clubes";
  - ✍ Promoção de eventos regionais integrados em datas ambientais comemorativas.
  
- ★ Programa de Comunicação e Divulgação
  - ✍ Manutenção do site como canal de informação e divulgação;
  - ✍ Manutenção dos comerciais de TV e spots de rádio em campanhas educativas;
  - ✍ Implantação de um Centro de Visitantes Regional;

- ↳ Preparação de um projeto de sinalização vertical padrão regional;
- ↳ Preparação de mais duas publicações (livro) “Rio Una e Zona Costeira” e “Lagoa de Saquarema”;
- ↳ Preparação de novos folders e vídeos sobre as bacias.

Cabe dar destaque ao **Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla**, do município de Armação dos Búzios, que tem por objetivo disciplinar os usos da orla marítima, considerados os interesses políticos, sociais, econômicos e ambientais. Deve desenvolver-se mediante uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Patrimônio da União de assistência técnica aos municípios, para a capacitação de gestores locais quanto à assimilação de técnicas e procedimentos metodológicos e para a geração de instrumentos locais de gestão.

O Projeto Orla adota uma concepção de gestão fundamentada na Lei nº 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e na Lei nº 9.636/98, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, incluindo os localizados na orla marítima, de forma compatibilizada com os princípios da política ambiental brasileira. Considera, ainda, o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, aprovado pela Resolução CIRM 005/98, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, quando estabelece uma linha de ação voltada para o ordenamento do uso e ocupação do solo, com um componente de gestão da orla marítima.

O Projeto Orla vem sendo desenvolvido com a estreita participação de várias entidades envolvidas com a gestão da orla marítima, como o SPU - Serviço de Patrimônio da União; MMA - Ministério do Meio Ambiente; FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente; Capitania dos Portos e as Prefeituras.

Em Armação dos Búzios, formulou-se uma proposta de intervenção para um trecho prioritário, abrangendo extensa faixa do costão rochoso e as praias do Forno e da Foca, propondo-se a criação de um Parque Municipal denominado “Parque da Lagoinha”. Dentre as ações propostas, prevê-se a implantação de uma base permanente do Projeto TAMAR no Forno, a readequação dos quiosques existentes, o mapeamento e a delimitação das áreas de preservação

(costões) e das trilhas, a implantação de infra-estrutura de apoio ao turista, intervenções estas que visam criar condições de sustentabilidade à orla do município.

Em Arraial do Cabo, cabe destaque à RESEX-Mar – Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, que foi criada com o intuito de preservar o estoque pesqueiro de Arraial do Cabo. A RESEX-Mar foi criada em janeiro de 1997, pelo IBAMA, junto com a comunidade local, a Universidade Federal Fluminense e a Prefeitura Municipal. A RESEX-Mar é uma Unidade de Conservação de interesse ecológico-social, que visa proteger o sustento da população tradicional (pescadores artesanais), através da normatização das diferentes atividades profissionais e amadoras desenvolvidas dentro desta e suas respectivas áreas de uso.

O PNDPA e a EMBRATUR estão implantando na RESEX-Mar de Arraial do Cabo, o 10º Pólo de Pesca Esportiva Marinha do país, uma atividade já de grande sucesso de público e mídia no Pantanal Matogrossense e na Amazônia.

A AREMAC (Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo) foi idealizada para co-gestão da RESEX-Mar, sendo de sua competência a convocação de assembleias para elaboração e consolidação do "Plano de Utilização/Plano de Manejo".

O Plano consiste em criar as regras básicas de convivência, utilização do espaço, e utilização dos recursos renováveis visando, principalmente, à gestão de conflitos no espaço público da Reserva. Ele é publicado por Portaria Normativa do IBAMA (Portaria 17n/98).

A AREMAC tem por força do estatuto, um conselho técnico e científico (CTC) para auxiliar os pescadores (população tradicional) nas decisões de projetos, pesquisas e medidas normativas que venham colaborar com a utilização auto-sustentável da Unidade de Conservação (RESEX-Mar).

#### *b) Área de Influência Direta (AID)*

Conforme já mencionado, as prefeituras de Casimiro de Abreu e de Rio das Ostras também fazem parte do Consórcio Intermunicipal Lagos – São João.



Os demais programas identificados que envolvem, de maneira mais direta, os municípios localizados na AID propostos pelo Consórcio são os seguintes:

★ *Programa de Macro Gestão da Bacia do Rio São João e Ostras*

- ↳ Estudo de viabilidade de atendimento de abastecimento d'água para Barra de São João e Rio das Ostras via Represa de Juturnaíba;

Cabe dar destaque, no caso do município de Macaé, que consiste na principal base logística para a atividade exploratória de petróleo e gás na Bacia de Campos, ao “Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico, Social, Territorial e Urbano do Município de Macaé”, criado em 1990 e um “Plano de Desenvolvimento Sustentável elaborado em co-participação com diversos segmentos da sociedade de Macaé, onde estão previstas diretrizes e ações nas áreas de turismo, meio ambiente e pesca, entre outras, como enfoque de dinamização das atividades econômicas geradoras de renda.

A cidade de Campos dos Goytacazes possui um Plano Diretor elaborado em 1999, que está sendo atualizado e, segundo informações da Secretaria de Meio Ambiente, estão previstos estudos para elaboração de um Zoneamento Ecológico-Econômico do município.

Os demais municípios não apresentam, até o momento, instrumentos de ordenamento ou de gestão específicos, ficando restritos a ações pontuais na administração da questão ambiental em seus territórios.

*Planos de Manejo*

No tocante ao Plano de Manejo das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, verificou-se, conforme apresentado no item II.5.2-A, Unidades de Conservação deste diagnóstico, que apesar do grande número de Unidades de Conservação instituídas, a maioria delas não necessariamente encontra-se implementada. De forma geral, estas UC's estão em fase de diagnóstico para subsidiar a elaboração de seu Plano de Manejo, conforme apresentado a seguir.

Vale ressaltar que as Unidades de Conservação Federais identificadas contemplam tanto municípios da Área de Influência Direta como da Área de Influência Indireta, sendo apresentadas, portanto, de forma conjunta. Ainda, as Unidades de Conservação Estaduais identificadas estão contempladas apenas na Área de Influência Indireta do empreendimento, não havendo caracterização para UC's na Área de Influência Direta.

*a) UC's Federais*

- Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba*

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba localiza-se à nordeste do Estado do Rio de Janeiro, entre os municípios de Macaé (Área de Influência Direta do Empreendimento) e Quissamã, e se caracteriza como uma Unidade de Proteção Integral.

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba encontra-se em fase de diagnóstico, o qual fornecerá subsídios para a elaboração de seu Plano de Manejo. Sendo assim, ainda não foram definidos o Zoneamento Ambiental, as Zonas de Amortecimento e os Corredores Ecológicos.

- APA da Bacia do Rio São João ou APA Mico-Leão-Dourado*

A Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado é uma Unidade de Uso Sustentável, que abrange cerca de 2/3 da bacia do rio São João, em uma área de 150.748 hectares, englobando os municípios de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu (Área de Influência Direta), Araruama e Cabo Frio (Área de Influência Indireta), além de Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito (CILSJ, 2003).

Segundo IBAMA (2002), a APA não apresenta Plano de Manejo. Por isso, não se encontram definidos seu zoneamento regional e sua zona de amortecimento. No entanto, existem propostas para o estabelecimento de corredores ecológicos e planos isolados de manejo de meio ambiente vêm sendo implementados.

- *Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo*

A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, em município da Área de Influência Indireta, abrange uma faixa marinha de 3 milhas náuticas da costa territorial do município de Arraial do Cabo (MMA-IBAMA-CNPT, 1997).

O Plano de Manejo da Reserva corresponde ao Plano de Utilização elaborado em 1999. Tal plano não apresenta definição de zonas de amortecimento, de corredores ecológicos, nem de zoneamento regional, embora exista uma proposta para este último, realizada pelo IBAMA/CNPT, em 1997, que define áreas de uso (canoas, áreas de preservação, área marinha protegida, cultivo, santuário ecológico, mergulho profissional, banana boat, jet-ski e pesca submarina) de acordo com os tipos de atividades permitidas.

*b) UC's Estaduais*

- *Parque das Dunas*

De acordo com a Lei nº 1.807, de 03 de abril de 1991, todas as regiões onde existem dunas devem ser consideradas Parque. Na área de influência das atividades de perfuração, ocorrem dunas na Praia do Però (Cabo Frio/Armação dos Búzios), na Praia das Dunas e na Praia do Forte. Destacam-se a duna Dama Branca (Praia das Dunas, Cabo Frio) e as dunas da Praia de Massambaba (Arraial do Cabo), todas na Área de Influência Indireta do empreendimento.

As Secretarias de Meio Ambiente dos Municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo não dispõem de Planos de Manejo específicos para as dunas presentes em seu território.

- *Reserva Ecológica de Massambaba*

A Reserva Ecológica de Massambaba localiza-se nos municípios de Araruama e Arraial do Cabo (IBAMA, 2002), na Área de Influência Indireta.

O Plano de Manejo da Reserva Ecológica de Massambaba está contemplado no Plano Diretor da APA de Massambaba. O mesmo foi aprovado pela Deliberação CECA/CN nº 3.972 de 16 de Janeiro de 2001 (D.O. 09-07-01).

- *Reserva Ecológica de Jacarepiá*

A Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá (REEJ) localiza-se no município de Saquarema, Área de Influência Indireta do empreendimento.

As estratégias de manejo da R.Ec. de Jacarepiá estão contempladas no Plano Diretor da APA de Massambaba, que engloba a REEJ e áreas adjacentes. O mesmo foi aprovado pela Deliberação CECA/CN nº 3.972 de 16 de Janeiro de 2001 (D.O. 09-07-01).

- *Área de Proteção Ambiental de Massambaba*

A APA de Massambaba, criada em 15 de dezembro de 1986, através do Decreto Estadual nº 9.529-C, abrange 7.630,60 hectares, localizados no litoral da Região dos Lagos. A área se estende por 26 quilômetros de praia da restinga de Massambaba, à beira da Lagoa de Araruama, englobando trechos de três municípios: Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo, pertencentes à Área de Influência Indireta.

O Plano Diretor da APA de Massambaba, que engloba a REEJ e áreas adjacentes, foi aprovado pela Deliberação CECA/CN nº 3.972 de 16 de Janeiro de 2001 (D.O. 09-07-01).

### *UC's Municipais*

#### *a) Área de Influência Indireta (All)*

Em Armação dos Búzios, a única Unidade de Conservação Municipal identificada, a APA Azeda-Azedinha, Em seu artigo 4º, a Lei 086/1998 determinou um prazo de 6 (seis) meses para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento apresentar o zoneamento e seu balizamento, bem como critérios,

instruções e procedimentos para o planejamento de uso da APA. No entanto, o Plano de Manejo foi apresentado somente em julho de 2003, através da parceria entre os proprietários da área e o poder público. Foi realizado um Diagnóstico Sócio-ambiental da APA da Azeda/Azedinha e formado o Conselho de Gestão Permanente (PMB, 2003).

Nenhuma das UC's Municipais identificadas em Cabo Frio encontram-se demarcadas, sinalizadas e implementadas, devendo ser realizados, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, estudos de diagnóstico para subsidiar o Plano de Manejo/Utilização das mesmas.

Mesma situação é observada para as UC's municipais de Arraial do Cabo, ou seja, não apresentam delimitação física, fiscalização efetiva, ou Plano de Manejo. As UC's deste município, instituídas a partir da Lei Orgânica Municipal (LOM) de 1990, para serem regulamentadas necessitam da apresentação de um Plano de Manejo. Segundo a Lei que as instituiu, o prazo para apresentação dos respectivos Planos de Manejo expirou em 1997.

#### *b) Área de Influência Direta (AID)*

No município Macaé as duas Unidades de Conservação Municipais registradas, o Parque Municipal do Arquipélago de Santana e a APA do Arquipélago de Santana destinadas a proteger o mesmo ambiente: o Arquipélago de Santana não dispõem de um Plano de Manejo/Utilização e/ou Zoneamento.

Em Rio das Ostras, todas as Unidades de Conservação Municipais identificadas dispõem de um Plano de Manejo, com exceção ao Parque Natural de Itapebussus.

A APA da Lagoa de Iriry, apesar de criada e regulamentada mais recentemente, dispõe de uma proposta de zoneamento realizada quando do ato de sua criação e, atualmente, dispõe de um Plano de Utilização.

A ARIE de Itapebussus, contida no Parque Natural de Itapebussus, foi apontada como de extrema importância biológica para a conservação de pequenos mamíferos pelo documento de avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

A Monumento Natural dos Costões Rochosos engloba a faixa litorânea desde a Praia do Remanso até a Praia da Joana. A gestão e fiscalização desta Unidade são de responsabilidade de um Conselho Consultivo, regulamentado por ato de Poder Executivo e presidido pelo Órgão de Meio Ambiente da Administração Municipal.

O Parque Municipal dos Pássaros é uma das diretrizes aprovadas na II Conferência Municipal de Meio Ambiente, realizada entre 10 e 11 de novembro de 2001, em Rio das Ostras. Segundo o Decreto de sua criação, o objetivo do Parque Natural Municipal dos Pássaros é a preservação das áreas úmidas e de cobertura vegetal de restinga, interligando os fragmentos florestais urbanos que nutrem as bacias do rio das Ostras e da lagoa de Iriry. Segundo o Artigo 4º do Decreto de criação do Parque Natural Municipal dos Pássaros (nº 091/2002), sua gestão, normatização e fiscalização são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.